



## ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: IMPACTOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

VANESSA DE OLIVEIRA ALVES; SANDRA REGINA MOTA ORTIZ

### RESUMO

Globalmente, a proporção crescente de pessoas com 60 anos ou mais representa um desafio de saúde pública e socioeconômico significativo. O processo de envelhecimento trata-se de uma evolução natural que, ao longo do tempo, leva à disfunção orgânica e, finalmente, à morte. Essa transformação afeta todo o organismo, desde o nível celular até o indivíduo como um todo, e está intrinsecamente ligada a mudanças celulares e teciduais que ocorrem com o avançar da idade. Além disso, destaca-se que o envelhecimento é um processo fisiológico que resulta na diminuição progressiva das reservas funcionais do indivíduo, mas que pode ser acelerado por hábitos de vida prejudiciais e doenças evitáveis, como tabagismo, consumo excessivo de álcool e estilo de vida sedentário. Paralelamente à dinâmica de envelhecimento observada na população em geral, a expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual está em ascensão devido a melhorias nas condições de vida e a avanços nos cuidados médicos. No entanto, o processo de envelhecimento se manifesta de maneira distinta para os idosos com deficiência intelectual devido às limitações que enfrentaram ao longo da vida. Portanto, o objetivo deste estudo foi realizar uma investigação abrangente dos impactos do envelhecimento na saúde física e mental de indivíduos com deficiência intelectual. Para atingir esse objetivo, conduziu-se uma revisão sistemática da literatura, abrangendo uma ampla gama de estudos recentes e relevantes na área, a fim de fornecer uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por esse grupo específico de indivíduos durante o processo de envelhecimento. É fundamental reconhecer que as pessoas com deficiência intelectual são uma parte importante e frequentemente negligenciada da sociedade. Elas enfrentam desafios únicos devido às suas limitações cognitivas e adaptativas, o que torna o envelhecimento uma jornada particularmente complexa.

**Palavras-chave:** Deficiência intelectual; envelhecimento; qualidade de vida; saúde mental; saúde física

### 1 INTRODUÇÃO

A transição demográfica no Brasil, que transformou um país jovem na década de 1980 em uma nação envelhecida, trouxe à tona a visibilidade social da velhice. No contexto de uma sociedade capitalista neoliberal, as pessoas idosas muitas vezes são percebidas como impotentes e improdutivas, enquanto os padrões de valorização estão associados à juventude, que é caracterizada por atributos físicos marcantes, disposição para o trabalho e produtividade. Isso cria uma narrativa que estigmatiza a velhice e sugere que quanto mais parecemos envelhecidos, menos valor social possuímos (Oliveira, Salvador & Lima, 2023).

Na América Latina, está previsto que o número de idosos necessitando de cuidados

prolongados aumentará significativamente nas próximas décadas, com 40% dos idosos já requerendo esse tipo de assistência. No Brasil, em 2050, espera-se que cerca de 77 milhões de pessoas, entre idosos e crianças dependentes, precisam de cuidados, enquanto apenas 30% dos municípios possuíam instituições de longa permanência em 2009, principalmente na região sudeste. A responsabilidade pelo cuidado recai principalmente sobre membros da família, frequentemente mulheres com mais de 50 anos e uma relação próxima com o idoso. Esses cuidadores familiares muitas vezes enfrentam uma carga de trabalho árdua, isolamento social, adoecimento e falta de apoio por parte dos serviços de saúde e políticas públicas, resultando em impactos negativos em suas vidas pessoais, incluindo desemprego e distanciamento de suas redes sociais e afetivas. A demanda por cuidadores e serviços de saúde preparados para atender a essa crescente população dependente é um desafio crítico no país (Cecon, et al., 2021).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui uma significativa parcela da população com deficiência, atingindo 23,9%. Esse censo identificou quatro tipos de deficiência: visual, auditiva, motora e intelectual, sendo que a deficiência intelectual foi autodeclarada por 1,4% da população, o que equivale a 2.611.536 pessoas. É importante observar que os dados do censo são autodeclarados ou informados por um membro do domicílio, o que pode envolver leigos ou não especialistas. Esses números chamam a atenção, principalmente considerando que a deficiência intelectual apresenta desafios significativos em termos de educação e emprego, resultando em barreiras substanciais para a participação efetiva dessas pessoas na sociedade (Frederico & Laplane, 2020).

A Deficiência Intelectual (DI), conforme delineado por Vázquez et al. (2018), é uma condição que se manifesta antes dos 18 anos e se caracteriza por restrições significativas tanto no desempenho intelectual quanto na adaptação comportamental, englobando diversas habilidades sociais e atividades do dia a dia. Já o desempenho intelectual diz respeito à capacidade mental global, abrangendo áreas como aprendizado, raciocínio e solução de problemas, entre outras competências cognitivas. Em contrapartida, o comportamento adaptativo compreende um conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas que as pessoas adquirem e aplicam em suas rotinas cotidianas. É importante notar que a população afetada por deficiência intelectual ou de desenvolvimento frequentemente enfrenta desafios associados ao envelhecimento prematuro e à fragilidade. Adicionalmente, é comum observar o desenvolvimento precoce de condições demenciais nessas pessoas, o que acarreta um aumento nas demandas por apoio e cuidado (Vázquez, et al., 2018)

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é investigar de forma abrangente os impactos do envelhecimento na saúde física e mental de indivíduos com deficiência intelectual, já que, como já observado anteriormente, envelhecimento é uma realidade inevitável e complexa que afeta todos os sistemas do corpo humano, e sua compreensão é essencial para promover um envelhecimento saudável e garantir a qualidade de vida desses indivíduos. Além disso, é crucial explorar as implicações do envelhecimento em uma perspectiva multidimensional, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais, sociais e cognitivos. O apoio adequado a essas pessoas é fundamental para garantir que elas possam desfrutar de uma vida digna e participativa na sociedade.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

### **Tipo de estudo**

Neste artigo, apresentamos uma revisão sistemática da literatura que tem como objetivo investigar de maneira abrangente e rigorosa as evidências disponíveis sobre a saúde física e mental de idosos portadores de deficiência intelectual. Tal revisão é uma abordagem

metodológica amplamente reconhecida que busca identificar, avaliar e sintetizar criticamente os estudos relevantes existentes na literatura científica. A condução dessa revisão segue um protocolo cuidadosamente elaborado, que define os critérios de inclusão e exclusão, os métodos de busca e seleção de estudos, bem como a estratégia de avaliação da qualidade dos artigos incluídos. Por meio desse processo, buscamos oferecer uma visão abrangente e atualizada do estado da pesquisa nesse campo.

### **Identificação dos estudos**

As fontes de informação utilizadas foram a base de dados eletrônicos: Medline via Pubmed (<http://www.pubmed.gov>), Scielo (<https://scielo.org/>) e Lilacs (<https://lilacs.bvsalud.org/>). As buscas na base de dados eletrônicas foram elaboradas por meio dos seguintes descritores: “Envelhecimento”, “Deficiência intelectual” e “Saúde mental” / “Envelhecimento”, “Deficiência intelectual” e “Comorbidades” / “Envelhecimento”, “Deficiência intelectual” e “Qualidade de vida”. Foi realizada uma estratégia de busca matriz para as bases de dados. Outras fontes de informação foram utilizadas para localização de estudos não-indexados, a saber: Google Scholar (<http://scholar.google.com>) e Open Grey (<http://www.opengrey.eu>). As únicas limitações impostas nas buscas dizem respeito à inclusão de estudos realizados em seres humanos e à restrição temporal que abrange o período de 2018 a 2023. Além disso, foi realizada busca ativa nas referências dos artigos selecionados.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Resultados**

Após uma busca abrangente em três bases de dados relevantes, identificamos um total de 72 artigos relacionados ao nosso tópico de pesquisa. As estratégias de busca resultaram na identificação de 49 publicações na base PubMed, 14 na base Lilacs e 9 na base SciELO. Estas publicações foram cuidadosamente revisadas, e por consenso entre os revisores, 7 registros foram selecionados para inclusão na nossa revisão. O principal motivo de exclusão durante a triagem inicial foi a não conformidade com os critérios de inclusão predefinidos. Após a análise dos resumos, 40 artigos foram excluídos por não abordarem o desfecho de interesse, resultando em 9 artigos para avaliação completa. Posteriormente, durante a leitura completa desses 9 artigos, 2 deles foram excluídos devido a razões específicas, incluindo um estudo em andamento e uma população composta por adultos de meia idade. Nenhum estudo adicional foi incluído após a busca ativa nas referências dos artigos selecionados, resultando em um total de 7 artigos que foram finalmente incluídos nesta revisão. A Figura 1 apresenta o fluxograma das etapas de seleção dos artigos.

### **Discussão**

Nos últimos cinquenta anos, a expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual (DI) tem aumentado, mas esse prolongamento da vida pode estar associado a desafios significativos para a saúde. A DI é um transtorno que começa antes dos 18 anos, envolvendo déficits no funcionamento intelectual e adaptativo, afetando a autonomia nas atividades diárias. A longevidade crescente nessa população tem sido acompanhada por problemas de saúde como obesidade, osteoporose e cataratas, surgindo precocemente em comparação com indivíduos sem DI. Além disso, a taxa de demência, principalmente a doença de Alzheimer, é notavelmente elevada em pessoas com DI, especialmente na síndrome de Down. A prevalência de demência na síndrome de Down varia, atingindo até 80% das pessoas

com 65 anos. Embora o aumento da expectativa de vida seja um avanço médico positivo, ele traz consigo desafios adicionais relacionados ao envelhecimento precoce, impactando o bem-estar geral dessas pessoas (Tse, et al., 2018).

Segundo o mais recente censo brasileiro, existem 190.755.799 habitantes no país; desta população, cerca de 7,4% tem 65 anos ou mais e do total, 1,4% tem deficiência intelectual. Embora o número de idosos com DI no Brasil seja incerto, ele está claramente aumentando junto com a expectativa de vida; assim como, inevitavelmente, a incidência de demência. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013-2014 para estudar a prevalência de deficiência no Brasil, que incluiu pessoas com 60 anos ou mais de outras faixas etárias, a prevalência de DI na população foi de 0,8% em 64.348 entrevistas. A taxa foi maior entre os homens, sem diferença por faixa etária, raça/etnia ou macrorregiões (Santos, et al., 2018)

Um grande desafio, como mencionam Wissing, et al. (2022), diz respeito, por exemplo, ao diagnóstico de demência em pessoas com deficiência intelectual devido a várias complexidades. Primeiramente, a presença de uma deficiência intelectual preexistente, um comportamento característico ao longo da vida e a existência de comorbidades que podem imitar os sintomas da demência contribuem para a dificuldade diagnóstica. De fato, à medida que o nível de deficiência intelectual se torna mais grave, o diagnóstico de demência se torna ainda mais complexo, especialmente em casos de deficiência intelectual profunda. Vários fatores complicam esse diagnóstico. Em primeiro lugar, o baixo funcionamento cognitivo da base dificulta a identificação de declínios no funcionamento cognitivo. Em segundo lugar, a realização de testes neuropsicológicos diretos para avaliar mudanças no funcionamento cognitivo é praticamente inviável. Terceiro, a presença de múltiplas condições de saúde, ou seja, multimorbilidade, é comum nessa população, tornando complexo isolar sintomas de demência. Além disso, o alto grau de dependência em atividades de vida diária, devido à falta de desenvolvimento de competências específicas, limita a observação de mudanças no funcionamento.

Além das problemáticas já levantadas, tal população enfrenta outros desafios significativos incluindo desigualdades e obstáculos no acesso a cuidados de saúde eficazes, o que as coloca em maior risco de morte prematura por causas que poderiam ser evitadas. Essa disparidade nas taxas de mortalidade realça a necessidade de uma compreensão mais aprofundada das necessidades de saúde específicas dessa população dentro dos sistemas de saúde e políticas públicas. Embora haja uma quantidade substancial de evidências relacionadas a condições psiquiátricas em pessoas com DI, as informações sobre condições de saúde física são relativamente limitadas. Em comparação com a população em geral, essas pessoas apresentam maior prevalência de várias condições físicas, incluindo distúrbios neurológicos, deficiências sensoriais, obesidade, constipação e malformações congênitas. No entanto, é importante notar que são menos propensas a desenvolver câncer sólido. Essa lacuna no conhecimento epidemiológico pode expor essa população a subdiagnósticos, diagnósticos incorretos, tratamentos farmacológicos inapropriados e a perda de oportunidades de cuidados preventivos de saúde (Liao, et al., 2021).

Recortes sociais também recai sobre as pessoas com DI, já que a prevalência de deficiência entre as mulheres é estimada em 60% superior à dos homens, sendo ainda mais acentuada em países de baixa renda. Além disso, as pessoas com deficiência geralmente apresentam piores resultados de saúde em comparação com seus pares sem deficiência, como já mencionado acima, e as mulheres com deficiência têm maior probabilidade de enfrentar necessidades de cuidados de saúde não atendidas. Essas mulheres também são mais propensas a adotar comportamentos de risco para a saúde, como níveis reduzidos de atividade física e excesso de peso, e enfrentam problemas de saúde bucal mais graves, como doenças periodontais. A necessidade de políticas eficazes para melhorar o acesso aos cuidados de saúde para as mulheres com deficiência é evidente, considerando que vários determinantes, como

baixa renda e baixa qualidade dos cuidados de saúde, podem levar a um pior estado de saúde e dificultar o acesso aos serviços de saúde, impactando assim a inclusão social dessas mulheres (Matin, et al., 2021).

Adultos com deficiência intelectual (DI), por exemplo, apresentam ainda um maior risco de comportamento sedentário em comparação com a população em geral. Esta prevalência pode ter sido subestimada devido ao uso de métodos de medição não validados ou não adaptados às circunstâncias de vida específicas desses indivíduos. Considerando também que pessoas com DI têm uma maior prevalência de doenças cardiovasculares, multimorbidade e fragilidade, o comportamento sedentário emerge como um alvo valioso para intervenções de promoção da saúde nessa população. É importante destacar que o comportamento sedentário difere da inatividade física e, portanto, as estratégias de redução desse comportamento podem variar de acordo com o ambiente e os fatores específicos relacionados à deficiência intelectual. Dado que as pessoas com DI têm características distintas, como condições de saúde associadas à DI, síndromes genéticas e experiências ambientais singulares, é possível que elas apresentem correlações únicas de comportamento sedentário que devem ser consideradas na formulação de intervenções eficazes de mudança de comportamento (Oppewal, et al., 2018).

Um outro recorte necessário de se apresentar diz respeito aos comportamentos desafiadores que são comuns em pessoas com deficiência, afetando significativamente seu envolvimento nas comunidades devido à intensidade e frequência desses comportamentos. Isso inclui comportamentos como agressão, automutilação, retraimento e comportamento perturbador ou destrutivo, que podem resultar em contato com o sistema de justiça criminal. A prescrição de medicamentos psicotrópicos para tratar esses comportamentos pode ser clinicamente apropriada em alguns casos. No entanto, é importante observar que nenhum medicamento psicotrópico possui autorização para o tratamento de comportamentos desafiadores na ausência de condições de saúde mental específicas, exceto para casos de uso de curto prazo de risperidona e haloperidol para efeitos comportamentais e psicológicos da demência. Apesar disso, o uso de medicamentos psicotrópicos está associado a um aumento nos casos de comportamentos desafiadores, e esses medicamentos, quando utilizados a longo prazo sem revisão e monitoramento adequados, podem causar sérios danos à saúde, incluindo discinesia tardia, ganho de peso e síndrome metabólica, aumentando a morbidade e mortalidade. A redução do uso de medicamentos psicotrópicos em indivíduos com deficiência intelectual e comportamentos desafiadores é indicada tanto por razões de saúde quanto de qualidade de vida, sendo uma prioridade política atual (Adams, et al., 2023).

#### **4 CONCLUSÃO**

É fundamental reconhecer que as pessoas com deficiência intelectual são uma parte importante e frequentemente negligenciada da sociedade. Elas enfrentam desafios únicos devido às suas limitações cognitivas e adaptativas, o que torna o envelhecimento uma jornada particularmente complexa. A demência, comportamentos desafiadores e o acesso inadequado aos cuidados de saúde são apenas alguns dos tópicos críticos que precisam ser abordados com mais profundidade.

É imperativo que a comunidade acadêmica, os profissionais de saúde, os legisladores e as organizações dedicadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual se unam para promover e financiar pesquisas direcionadas a essa população. Essas pesquisas podem ajudar a identificar estratégias de diagnóstico precoce e intervenção eficaz para a demência, desenvolver abordagens alternativas ao uso excessivo de medicamentos psicotrópicos e melhorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

#### **REFERÊNCIAS**

Adams, D., Hastings, R. P., Maidment, I., Shah, C., & Langdon, P. E. (2023). Deprescribing psychotropic medicines for behaviours that challenge in people with intellectual disabilities: a systematic review. *BMC psychiatry*, 23(1), 202. <https://doi.org/10.1186/s12888-022-04479-w>

Ahlström, G., Axmon, A., Sandberg, M., & Hultqvist, J. (2020). Specialist psychiatric health care utilization among older people with intellectual disability - predictors and comparisons with the general population: a national register study. *BMC psychiatry*, 20(1), 70. <https://doi.org/10.1186/s12888-020-02491-6>

Axmon, A., Ahlström, G., Gagnemo Persson, R., & Eberhard, J. (2019). Demographic and diagnostic profiles of older people with intellectual disability and prescription of antipsychotics. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 54(8), 937–944. <https://doi.org/10.1007/s00127-019-01695-w>

Bishop-Fitzpatrick, L., & Rubenstein, E. (2019). The Physical and Mental Health of Middle Aged and Older Adults on the Autism Spectrum and the Impact of Intellectual Disability. *Research in autism spectrum disorders*, 63, 34–41. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2019.01.001>

Bonatelli, L. C. S., Schier, J., Girondi, J. B. R., Hammerschmidt, K. S. de A., & Tristão, F. R.. (2018). Centro-dia: uma opção no atendimento da pessoa envelhecendo com deficiência intelectual. *Saúde Em Debate*, 42(118), 669–675. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811810>

Ceccon, R. F., Vieira, L. J. E. de S., Brasil, C. C. P., Soares, K. G., Portes, V. de M., Garcia Júnior, C. A. S., Schneider, I. J. C., & Carioca, A. A. F.. (2021). Envelhecimento e dependência no Brasil: características sociodemográficas e assistenciais de idosos e cuidadores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1), 17–26. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.30352020>

Fleming, V., Piro-Gambetti, B., Handen, B., Christian, B. T., Cohen, A., Tudorascu, D., Plante, D. T., Okonkwo, O., & Hartley, S. L. (2022). Physical Activity and Physical and Mental Health in Middle-Aged Adults with Down Syndrome. *Journal of policy and practice in intellectual disabilities*, 19(4), 408–418. <https://doi.org/10.1111/jppi.12434>

Frederico, J. C. C., & Laplane, A. L. F. de .. (2020). Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 26(3), 465–480. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0156>

García-Domínguez, L., Navas, P., Verdugo, M. Á., Arias, V. B., & Gómez, L. E. (2022). Psychotropic drugs intake in people aging with intellectual disability: Prevalence and predictors. *Journal of applied research in intellectual disabilities: JARID*, 35(5), 1109–1118. <https://doi.org/10.1111/jar.12996>

Girondi, J. B. R., Felizola, F., Schier, J., Hammerschmidt, K. S. de A., Sebold, L. F., & Santos, J. L. G. dos. (2018). Idosos com deficiência intelectual: características sociodemográficas, condições clínicas e dependência funcional. *Revista Enfermagem UERJ*, 26, e22781. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.22781>

Guilbaud, A., Mailliez, A., & Boulanger, É. (2020). Vieillesse - Une approche globale, multidimensionnelle et préventive [Aging: a global, multidimensional and preventive

approach]. *Medecine sciences: M/S*, 36(12), 1173–1180.  
<https://doi.org/10.1051/medsci/2020224>

Liao, P., Vajdic, C., Trollor, J., & Reppermund, S. (2021). Prevalence and incidence of physical health conditions in people with intellectual disability - a systematic review. *PloS one*, 16(8), e0256294. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0256294>

Matin, B. K., Williamson, H. J., Karyani, A. K., Rezaei, S., Soofi, M., & Soltani, S. (2021). Barriers in access to healthcare for women with disabilities: a systematic review in qualitative studies. *BMC women's health*, 21(1), 44. <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01189-5>

Oliveira, W. I. F. de ., Salvador, P. T. C. de O., & Lima, K. C. de .. (2023). Aspectos determinantes para construção social da pessoa idosa a partir das políticas públicas no Brasil. *Saúde E Sociedade*, 32(2), e210118pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210118pt>

Oppewal, A., Hilgenkamp, T. I. M., Schäfer Elinder, L., Freiburger, E., Rintala, P., Guerra-Balic, M., Giné-Garriga, M., Cuesta-Vargas, A., Oviedo, G. R., Sansano-Nadal, O., Izquierdo-Gómez, R., Einarsson, I., Teittinen, A., & Melville, C. A. (2018). Correlates of Sedentary Behaviour in Adults with Intellectual Disabilities-A Systematic Review. *International journal of environmental research and public health*, 15(10), 2274.  
<https://doi.org/10.3390/ijerph15102274>

Thalen, M., Volkers, K. M., van Oorsouw, W. M. W. J., & Embregts, P. J. C. M. (2022). Psychosocial interventions for older people with intellectual disabilities and the role of support staff: A systematic review. *Journal of applied research in intellectual disabilities: JARID*, 35(2), 312–337. <https://doi.org/10.1111/jar.12953>

Tilley, E., Jordan, J., Larkin, M., Vseteckova, J., Ryan, S., & Wallace, L. (2023). Transitions for older people with intellectual disabilities and behaviours that challenge others: A rapid scoping review. *Journal of applied research in intellectual disabilities: JARID*, 36(2), 207–229. <https://doi.org/10.1111/jar.13054>

Santos, F. H., Watchman, K., Janicki, M. P., & .. (2018). Highlights from the International Summit on Intellectual Disability and Dementia Implications for Brazil. *Dementia & Neuropsychologia*, 12(4), 329–336. <https://doi.org/10.1590/1980-57642018dn12-040001> Tse, M. M., Kwan, R. Y., & Lau, J. L. (2018). Ageing in individuals with intellectual disability: issues and concerns in Hong Kong. *Hong Kong medical journal = Xianggang yi xue za zhi*, 24(1), 68–72. <https://doi.org/10.12809/hkmj166302>

Vázquez, A., Jenaro, C., Flores, N., Bagnato, M. J., Pérez, M. C., & Cruz, M. (2018). E-Health Interventions for Adult and Aging Population With Intellectual Disability: A Review. *Frontiers in psychology*, 9, 2323. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02323>

Wissing, M. B. G., Ulgiati, A. M., Hobbelen, J. S. M., De Deyn, P. P., Waninge, A., & Dekker, A. D. (2022). The neglected puzzle of dementia in people with severe/profound intellectual disabilities: A systematic literature review of observable symptoms. *Journal of applied research in intellectual disabilities: JARID*, 35(1), 24–45.  
<https://doi.org/10.1111/jar.12920>